

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9326 | Salvador, segunda-feira, 01.06.2026

Presidente em exercício Elder Perez



DEMOCRACIA SOCIAL

Comida para o povo



Comida no prato e dignidade na mesa. Desde 2023, mais de 26 milhões de brasileiros deixaram a fome para trás

De 2023, quando Lula reassumiu o governo, até os dias atuais, 26,5 milhões de brasileiros deixaram a situação de insegurança alimentar. Quer dizer, passaram a fazer três refeições diárias. Os dados são do Plano Brasil Sem Fome, marca indelével do projeto de democracia social. Página 4

Neste mês, a Conferência Nacional

Página 3

NR-1 e saúde mental nos bancos

Página 2



Bancos na mira da NR-1

A nova norma obriga a implementação de um ambiente saudável

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

A SAÚDE mental no trabalho deixou de ser um debate interno dos bancários e virou responsabilidade trabalhista. A NR-1, Norma Regulamentadora fiscalizada pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), estabelece a obrigação das empresas de garantir um ambiente saudável e seguro.

Na prática, significa enfrentar problemas que os bancos insistem em normalizar há anos: metas abusivas, pressão permanente, assédio moral, hipervigi-



lância, sobrecarga e adoecimento psicológico. Tudo aquilo que a categoria denuncia diariamente agora também pesa na conta das instituições financeiras.

A norma prevê responsabilização das empresas quando o ambiente de trabalho contribuir para o adoecimento mental dos trabalhadores. O descum-

primento pode gerar multas, notificações, processos administrativos e judiciais, além de interdição, em casos graves. É um recado direto aos bancos, que seguem lucrando bilhões enquanto empurram bancários ao limite físico e emocional.

O tema esteve no centro da negociação do Comando Nacional com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), no último dia 15 de maio. O movimento sindical cobrou medidas concretas diante do crescimento alarmante dos afastamentos por transtornos mentais.

A reivindicação é pela criação de um pacto permanente pela saúde da categoria, com fiscalização contínua das condições de trabalho e ações efetivas de prevenção.

CEE cobra garantias no Acolhe da Caixa

O PROGRAMA

Acolhe, criado pela Caixa e conquista da negociação coletiva, completou cinco anos como importante ferramenta de apoio a empregadas em situação de violência doméstica e familiar. Para marcar a data, o banco realizou evento na quarta-feira, com participação dos representantes dos trabalhadores.

Durante a cerimônia, as entidades reconheceram a importância do programa, mas reforçam que o acolhimento precisa vir acompanhado de garantias concretas. Entre elas, a preservação da renda e das condições de trabalho para empregadas transferidas de unidade ou cidade por questões de segurança.



A cláusula negociada permite a transferência sem necessidade de decisão judicial ou medida protetiva, agilizando a proteção. No entanto, a CEE alerta para relatos de perda de função e redução salarial, tema já levado à mesa de negociação. A avaliação é de que políticas de proteção só são efetivas quando asseguram também estabilidade financeira e segurança profissional às trabalhadoras.

Despesas disparam

A DEFESA dos direitos dos usuários do Saúde Caixa é uma das principais pautas dos empregados. Um novo relatório atuarial, elaborado a pedido do banco e apresentado ao CUSC (Conselho de Usuários do Saúde Caixa), mostrou que os gastos do plano cresceram 21,4% em apenas um ano.

Em 2024, as despesas assistenciais ficaram em R\$ 3,537 bilhões. Já em 2025, o valor subiu para R\$ 4,294 bilhões. O aumento acendeu o alerta, principalmente porque o convênio fechou o ano com déficit de R\$ 627 milhões.

Aumentar o valor pago pelos usuários e reduzir a rede credenciada pode tornar o plano inviável para empregados e aposentados. Por isso, a mobilização segue em defesa do fim do teto de custeio da Caixa, e pela aplicação do modelo 70/30 e da manutenção do caráter solidário do plano de saúde, em que trabalhadores da ativa e aposentados contribuem juntos para manter o plano.

Uma pesquisa feita com 15.966 usuários mostrou que o aumento das despesas é o que mais causa dor de cabeça em 46,8% dos participantes, enquanto 25,5% reclamaram da qualidade dos serviços oferecidos.

As propostas apresentadas pela consultoria contratada pela Caixa caminham na direção oposta das reivindicações dos trabalhadores.





Inadimplência recorde no país

TAÍ uma prova da importância do Desempenho 2.0, iniciativa do governo Lula para renegociar dívidas. A taxa de inadimplência média total registrada pelos bancos, que exploram a sociedade, nas operações de crédito, aumentou para 4,4% em abril, um recorde histórico.

O indicador do Banco Central leva em consideração as operações com atraso superior a 90 dias, tanto das pessoas físicas, que registraram inadimplência de 5,4% no mês, quanto das empresas, taxa de 2,8%.

O endividamento das famílias ficou em 49,9%. Nos últimos 12 meses, houve aumento de 0,8%. Em igual período, o comprometimento da renda, parte do orçamento usado para pagar dívidas, chegou a 29,3%, com alta de 1,3%.

O cenário de inadimplência elevada acompanha o de juros altos, resultado da política monetária do BC, que privilegia os “senhores” do capital. No crédito livre às famílias, a modalidade em que os bancos podem definir quanto querem cobrar, os juros médios alcançaram 63% ano em abril.

Cada vez mais no cotidiano bancário

Na Bahia e Sergipe, categoria se prepara para Conferência Nacional, este mês, em SP

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

DEPOIS dos debates realizados no fim de semana em Salvador e da definição das prioridades dos bancários da Bahia e de Sergipe, as atenções se voltam para a 28ª Conferência Nacional, que acontece entre os dias 19 e 21 de junho, em São Paulo. O encontro consolida as propostas aprovadas nos estados e define a pauta de reivindicações que será levada à mesa de negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

A renovação da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) está no centro das discussões. Por isso, a construção de uma pauta forte, representativa e alinhada às demandas da categoria é fundamental para garantir avanços e preservar direitos conquistados ao longo dos anos.

Desde 2018, após a reforma trabalhista aprovada em 2017, a convenção dos bancários passou a ter validade de dois anos. A mudança tornou ainda mais estratégica a negociação coletiva,

que passou a desempenhar papel decisivo na manutenção das garantias da categoria.

A Conferência Nacional deve reunir cerca de 700 bancários de todo o país para discutir temas como aumento real dos salários, valorização da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), saúde, condições de trabalho, defesa do emprego diante do avanço das novas tecnologias, regulamentação do sistema financeiro e o cenário político.

O encontro é uma das etapas mais importantes da organização nacional dos bancários e serve para transformar as demandas apresentadas nos estados em uma pauta unificada para as negociações com os bancos.



Homologado acordo do intervalo intrajornada no BB

APÓS anos de tramitação judicial, os funcionários do BB conquistaram uma importante vitória. Em assembleia, foi aprovado por unanimidade o acordo da ação coletiva do intervalo intrajornada, movi-

da pelo Sindicato dos Bancários da Bahia, beneficiando mais de 3.500 trabalhadores.

Segundo o diretor Jurídico do SBBA, Fábio Ledo, a proposta representa cerca de 85% do valor estimado da ação e garante

um resultado equilibrado e seguro, o que evita riscos e mais demora no processo.

“É um grande acordo. Conseguimos chegar a um patamar muito positivo”.

Entre os avanços, aumento dos beneficiários: terão direito aos valores trabalhadores que atuaram na base do Sindicato entre 2007 e 2026, independentemente da situação funcional à época do ajuizamento. O cálculo também inclui o repouso semanal remunerado, elevando os valores a receber.

A homologação aconteceu na sexta-feira. O Sindicato divulgará nos próximos dias um e-mail para consulta individual dos valores, mediante envio de documento de identificação e CPF.





Fortalecimento do Bolsa Família é essencial na redução da fome no país

Fome: sinais de superação

Mais de 26 milhões de brasileiros de fora da insegurança alimentar

CAIO RIBEIRO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O PLANO Brasil Sem Fome retirou 26,5 milhões de brasileiros da situação de insegurança alimentar desde 2023, segundo dados divulgados pelo governo Lula. Essa é uma das maiores conquistas sociais recentes do país e demonstra o impacto direto da retomada de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza, geração de emprego, renda e garantia do direito à alimentação.

O avanço ocorre depois de o Brasil ter retornado ao Mapa da Fome, durante o governo Bolsonaro, período marcado pelo desmonte de programas sociais, aumento do desemprego, inflação dos alimentos e abandono de políticas de segurança alimentar.

Milhões de famílias passaram a enfrentar dificuldades

para garantir refeições básicas no dia a dia, chegando a disputar ossos nos açougues. Entre as medidas responsáveis pela melhora dos indicadores estão o fortalecimento do Bolsa Família, a valorização real do salário mínimo, investimentos na agricultura familiar e ações voltadas à merenda escolar e ao acesso à alimentação saudável.

Pobreza menstrual tira meninas da escola

AS DORES menstruais afetam diretamente a vida escolar de milhões de meninas. Quatro em cada 10 estudantes brasileiras já faltaram às aulas por causa de sintomas relacionados

à menstruação, aponta o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a infância).

A falta de acesso a itens de higiene menstrual, informação e atendimento adequado agrava o

problema, especialmente entre meninas em situação de vulnerabilidade social. A dificuldade de lidar com o período menstrual impacta não apenas a frequência escolar, mas também o desempenho e a permanência nas salas de aula.

Para enfrentar a realidade, o governo ampliou o *Programa Dignidade Menstrual*. Criada no governo Lula, a iniciativa garante distribuição gratuita de absorventes pelo Farmácia Popular para pessoas em situação de vulnerabilidade.



Governo Lula garante absorvente de graça para mulheres em vulnerabilidade social



SAQUE

Rogaciano Medeiros

ONDA CRESCENTE As pesquisas de intenção de voto para a corrida presidencial se intensificam com a aproximação da eleição e a cada rodada, segundo os mais diversos institutos, a liderança de Lula aumenta no 1º e 2º turnos. Esta onda de crescimento às vésperas do pleito aponta uma tendência geralmente muito difícil de reverter. Se não houver fraude nem violência, o presidente se reelegerá.

SEMPRE VASSALOS É óbvio que a decisão de Donald Trump de tachar o PCC e CV como organizações terroristas tem participação direta e decisiva não só dos bolsonaristas, mas de toda a extrema direita e da direita dita liberal. Ato de alta traição que põe em risco a soberania nacional e até a independência do Brasil, praticado pelos que se dizem “patriotas”. Sempre vassalos, cães de guarda do império.

VERGONHA NATIVA A inclusão do PCC e do CV no rol das organizações terroristas, após pedidos insistentes do clã Bolsonaro, especialmente Flávio e Eduardo, dá a exata dimensão do caráter entreguista e vira-lata da direitona nativa. É vergonhoso. Para os EUA, ótimo, pois reforça a anunciada retomada da doutrina *Monroe*, ou seja, tratar a América Latina como mero quintal estadunidense.

SERIA DESASTROSO Felizmente, as chances são remotas, mas uma vitória de Flávio Bolsonaro ou qualquer outro candidato da súcia ultraliberal fascinizista significaria o Brasil retroceder à condição de colônia, agora dos Estados Unidos. Os bolsonaristas apoiaram o tarifaço de Trump e comemoram a classificação do PCC e CV como organizações terroristas, artifício dos EUA para violar a soberania nacional.

PREPONDERANTE, SIM Em um cenário geopolítico de agressões cada vez mais violentas dos EUA para não perder a hegemonia global, o que parece irreversível, e uma realidade interna brasileira marcada pela ofensiva dos setores reacionários e golpistas, a reeleição de Lula torna-se preponderante para a afirmação do Estado democrático de direito no Brasil, para o projeto de democracia social.